



Estado de Alagoas
Assembleia Legislativa Estadual
Gabinete do Deputado Lelo Maia

PARECER Nº 1951 / 2025

Dispõe sobre a obrigatoriedade do registro de violência praticada contra criança e adolescente no prontuário de atendimento médico na forma que menciona.

DA 14ª COMISSÃO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, FAMÍLIA E DIREITO DA MULHER.

Processo de nº 2669/2023

Autora: Dep. Gaby Gonçalves

Relator: Dep. Lelo Maia

Trata-se de relatório do Projeto de Lei Ordinária nº 522/2023, de autoria da Dep. Gaby Gonçalves, **que dispõe sobre a OBRIGATORIEDADE DO REGISTRO DE VIOLÊNCIA PRATICADA CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE NO PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO MÉDICO NA FORMA QUE MENCIONA.**

Justifica a ilustre Deputada Gaby Gonçalves que, a criação e implementação deste mecanismo, fará com que os profissionais da saúde que atenderem este público infantojuvenil vítimas das mais variadas maneiras de violências façam registrar no prontuário de atendimento médico, tornando-o mais um instrumento de prova, e assim, agregá-la a outras políticas públicas.



Estado de Alagoas
Assembleia Legislativa Estadual
Gabinete do Deputado Lelo Maia

Mesmo tendo uma legislação protetiva e que já assegura todos os direitos a este público infantojuvenil com mais de 30 anos de promulgação - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) -, e do Disque 100 (Disque Direitos Humanos), os altos índices de abusos e explorações sexuais preocupam extremamente os órgãos envolvidos, o que evidencia o máximo possível de tomadas de medidas eficazes, como exemplo, este Projeto de Lei que visa através do prontuário de atendimento médico e dos profissionais envolvidos no atendimento, a obrigatoriedade de registrar estas violências, acionando os órgãos municipais e estaduais, no intuito de coibir a prática de atos tão abomináveis contra as crianças e adolescentes.

Por fim, este Projeto de Lei tem por finalidade identificar, denunciar e punir o autor ou os autores dos crimes de violências praticados contra as crianças e adolescentes em território Alagoano, bem como conceder-lhes amparo e acolhimento, encerrando este ciclo de violência. A medida não onera os cofres públicos assim como seus benefícios sociais, mediante registro formal no prontuário médico de eventual violência sofrida por meninas e meninos, sendo incomensuráveis os danos causados por estes agressores mesmo diante das mais robustas evidências.

Logo, considerando todas as formalidades pertinentes e, não havendo óbices quanto aos aspectos que competem a esta Comissão examinar, o nosso **parecer é favorável** do presente Projeto de Lei.

É o parecer.



Estado de Alagoas
 Assembleia Legislativa Estadual
 Gabinete do Deputado Lelo Maia

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE ALAGOAS, em
 Maceió, 13 de maio de 2025.

Assinatura manuscrita em azul do Presidente da Assembleia Legislativa.

PRESIDENTE

Assinatura manuscrita em azul do Presidente da Assembleia Legislativa.

Assinatura manuscrita em azul do Relator.

Assinatura manuscrita em azul do Relator.

RELATOR – Dep. Lelo Maia